



TESOURO NACIONAL

**Convergência do modelo contábil da União
às normas internacionais**

Agenda

- Processo de Convergência para Normas Contábeis Internacionais
- Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade
- Exigências das Normas Internacionais de Contabilidade
- Balanço Geral da União
- Evolução do Patrimônio Líquido: 2010 – 2015
- Comparativo Internacional

Processo de Convergência para Normas Contábeis Internacionais



Portaria MF nº 184/2008: Convergência para os padrões contábeis internacionais.



Resoluções do CFC – NBC T 16: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



Projeto PCASP/DCASP: A STN inicia o projeto para a implantação do modelo PCASP na União.



Adoção do modelo PCASP pela União: Ao final do exercício de 2014 foi concluída a primeira etapa do projeto PCASP/DCASP.

2008

2012

2015

2016

Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade

- Décadas de 2000 e 2010: Diversos países e organismos mundiais (ONU, OTAN, OCED, FMI, World Bank etc.) iniciam discussões sobre o uso das normas internacionais de Contabilidade.
- Países que já adotaram o modelo internacional (ou padrão similar):
 - Reino Unido;
 - Austrália; e
 - Nova Zelândia;
- Países que estão em transição para o modelo internacional (ou padrão similar):
 - Estados Unidos;
 - França; e
 - Canadá.

Exigências das Normas Internacionais de Contabilidade

País	Passivo Atuarial	Ajuste para Perdas	Ativos de Infraestrutura	Provisões e Passivos Contingentes	Informações por Segmento	Partes Relacionadas
Reino Unido	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Austrália	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Nova Zelândia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Estados Unidos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
França	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Canadá	Sim	Sim	Sim, parcialmente	Sim	Não	Sim
Brasil	Sim	Sim	Sim (apenas rodovias)	Sim	Não	Sim, parcialmente

Recomendações do TCU

- Crédito Tributário – Acórdão TCU nº 2.461/2015:
 - “à Secretaria da Receita Federal do Brasil que, com base em estudo prévio, adote metodologia para mensuração do ajuste para perdas de créditos tributários a receber que **melhor reflita a realidade de recebimento desses créditos**” (item 5.3.1.7) (ajuste para perdas);
 - “à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como com outros órgãos que julgar necessários, considerando a **peculiaridade de cada tipo de crédito e de acordo com as práticas contábeis aceitas**, que elabore e normatize a metodologia para ajuste para perdas de créditos a receber da União” (item 5.3.1.7); (reclassificação do crédito tributário)

Recomendações do TCU

- Reconhecimento de Passivos, Provisões e Passivos Contingentes - Acórdão TCU nº 2.461/2015:
 - “com base nos critérios contábeis pertinentes e na Portaria-AGU 40/2015, promova o **reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de provisões e passivos contingentes** relativos aos riscos fiscais decorrentes de **ações judiciais** impetradas contra a União” (item 5.3.1.1.2);
 - “que adote as providências necessárias para garantir o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos relativos ao repasse de recursos de **programas sociais** junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao Banco do Brasil” (item 5.3.1.3);

Recomendações do TCU

- Reconhecimento de Passivos, Provisões e Passivos Contingentes - Acórdão TCU nº 2.461/2015:
 - “à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que adote as providências necessárias para garantir **o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos** relativos ao repasse de recursos de **programas sociais** junto à Caixa Econômica Federal (**Bolsa Família, Abono Salarial e Seguro Desemprego**)” (item 5.3.1.3);
 - “à Secretaria do Tesouro Nacional, em conjunto com o Ministério das Cidades, que adote as providências necessárias para garantir **o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos passivos** relativos ao repasse de recursos de programas sociais junto ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço** (item 5.3.1.3);”

Recomendações do TCU

- Reconhecimento do Passivo Atuarial - Acórdãos TCU nº 1.274/2013 e 1.338/2014:
 - “ao Ministério da Previdência Social que, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional: contabilize, ainda em 2013, **as provisões matemáticas previdenciárias do Regime Próprio dos servidores públicos civis federais**, com dados de informação atuarial referente a 31/12/2012; assim como as variações dessas provisões tão logo estejam concluídas as atualizações atuariais anuais” (item 5.3.1.1) (1.274/2013);
 - “ao Ministério da Defesa que: a) calcule o valor presente das **projeções atuariais das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas**, em cumprimento aos Acórdãos 2.059/2012 - TCU - Plenário e 2.468/2013 - TCU - Plenário (item 5.3.1.1.1); b) ao Ministério da Defesa que calcule o valor presente das **projeções atuariais das pensões militares das Forças Armadas** (item 5.3.1.1.1);” (1.338/2014) (Sobrestado pelo TCU).

Balanço Geral da União

Valores em trilhões de R\$

Balanço Patrimonial	2014	2015
(+) Ativo	5,0	4,4
(-) Passivo	4,9	5,8
(=) Patrimônio Líquido	0,1	-1,4

Fonte: SIAFI/STN, 2015.

BGU 2015.



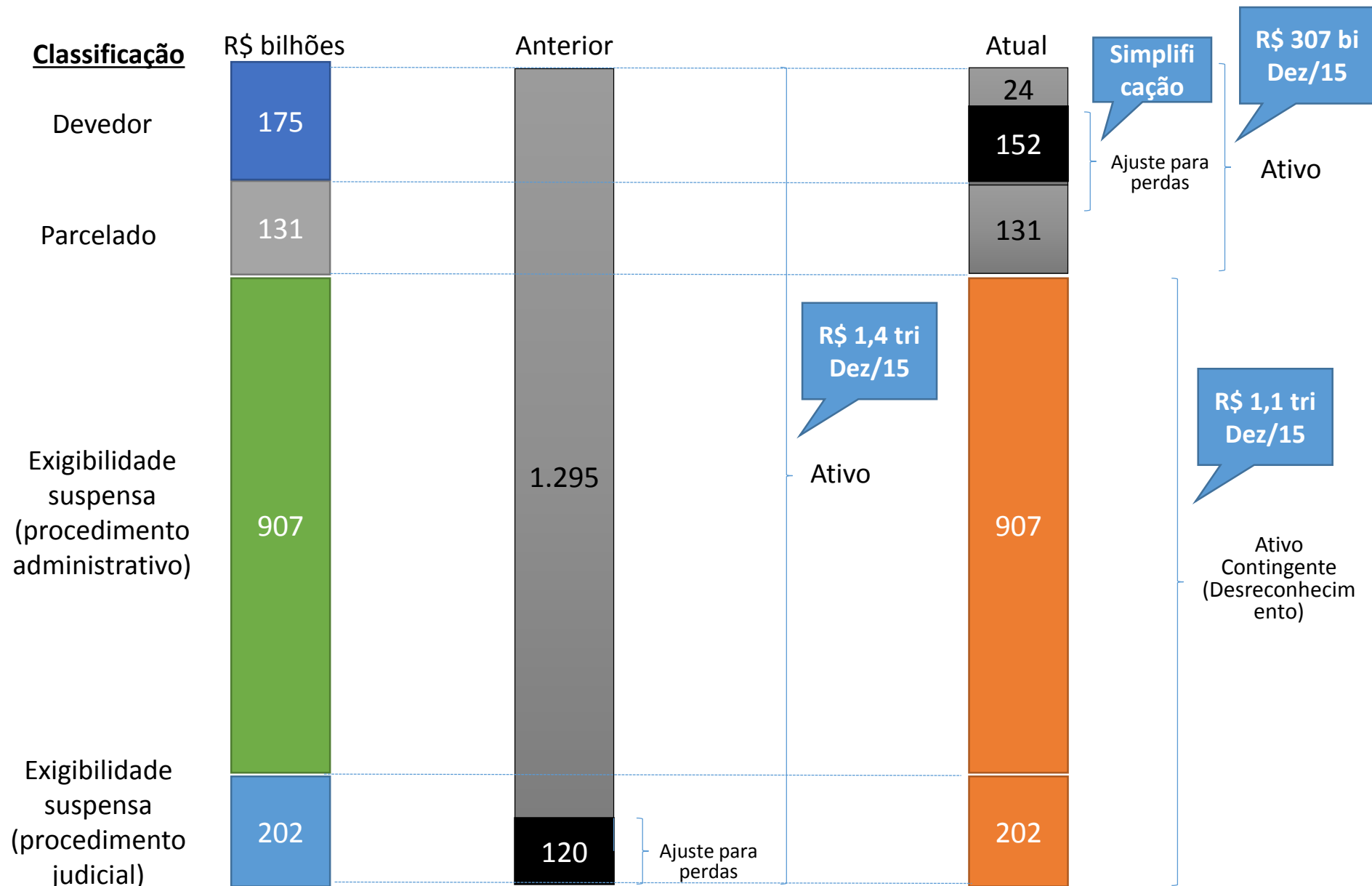
Balanço Geral da União

Principais Impactos no Patrimônio Líquido

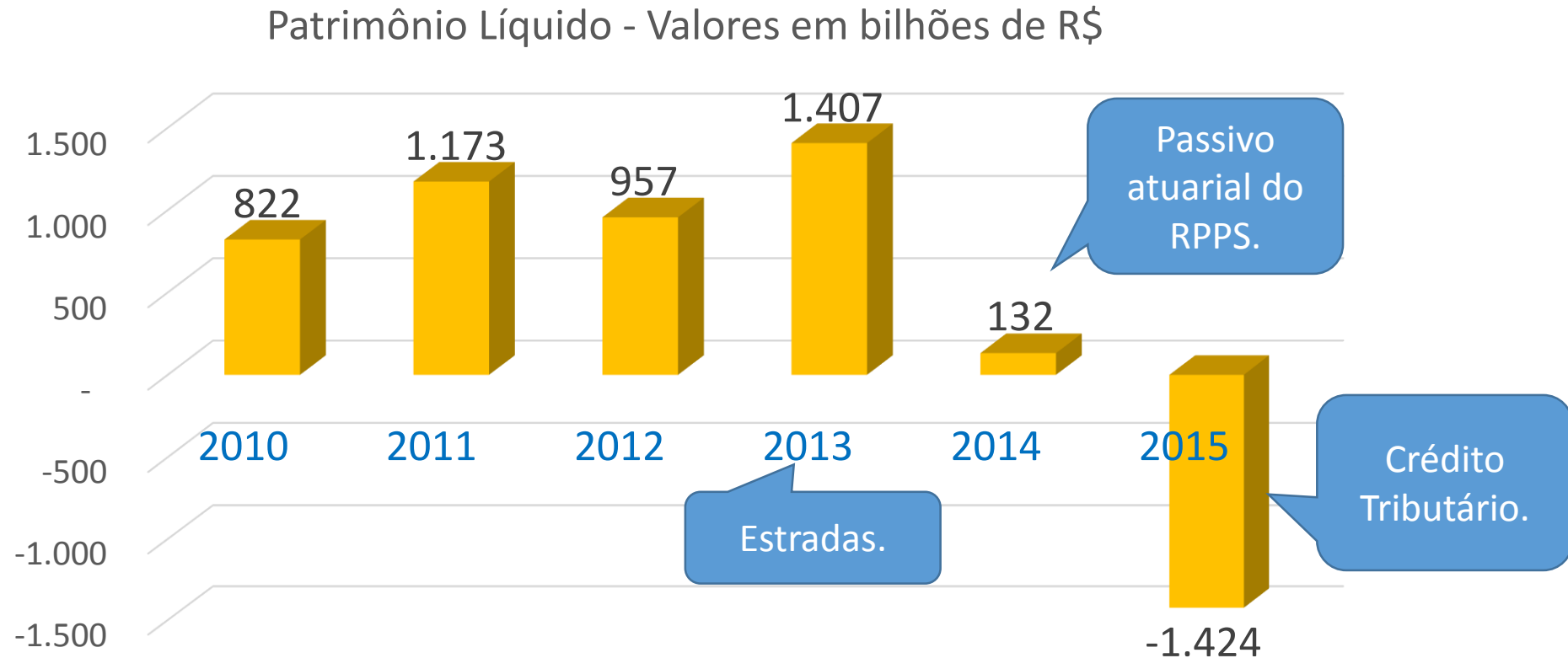
Evento econômico	Valor (aproximado)	Impacto no Balanço
Reclassificação do Crédito Tributário	R\$ 1.100 bilhões	Redução do Ativo
Ajuste para perdas do Crédito Tributário	R\$ 148,7 bilhões	
Redução dos Créditos da Lei Complementar nº 148	R\$ 60 bilhões	
Provisão Ações Judiciais	R\$ 56,4 bilhões	Aumento do Passivo
RPPS (variação em relação à 2014)	R\$ 50 bilhões	
Impacto dos Eventos Relacionados	R\$ 1.415,1 bilhões	Redução do Patrimônio Líquido

Fonte: BGU/STN, 2015.

Situações anterior e atual para os créditos na RFB



Evolução do Patrimônio Líquido: 2010 – 2015



Fonte: SIAFI/STN (2016).

Nota: Valores corrigidos pelo INP-C com data base de 31/12/2015.

Evolução do Patrimônio Líquido: 2010 – 2015

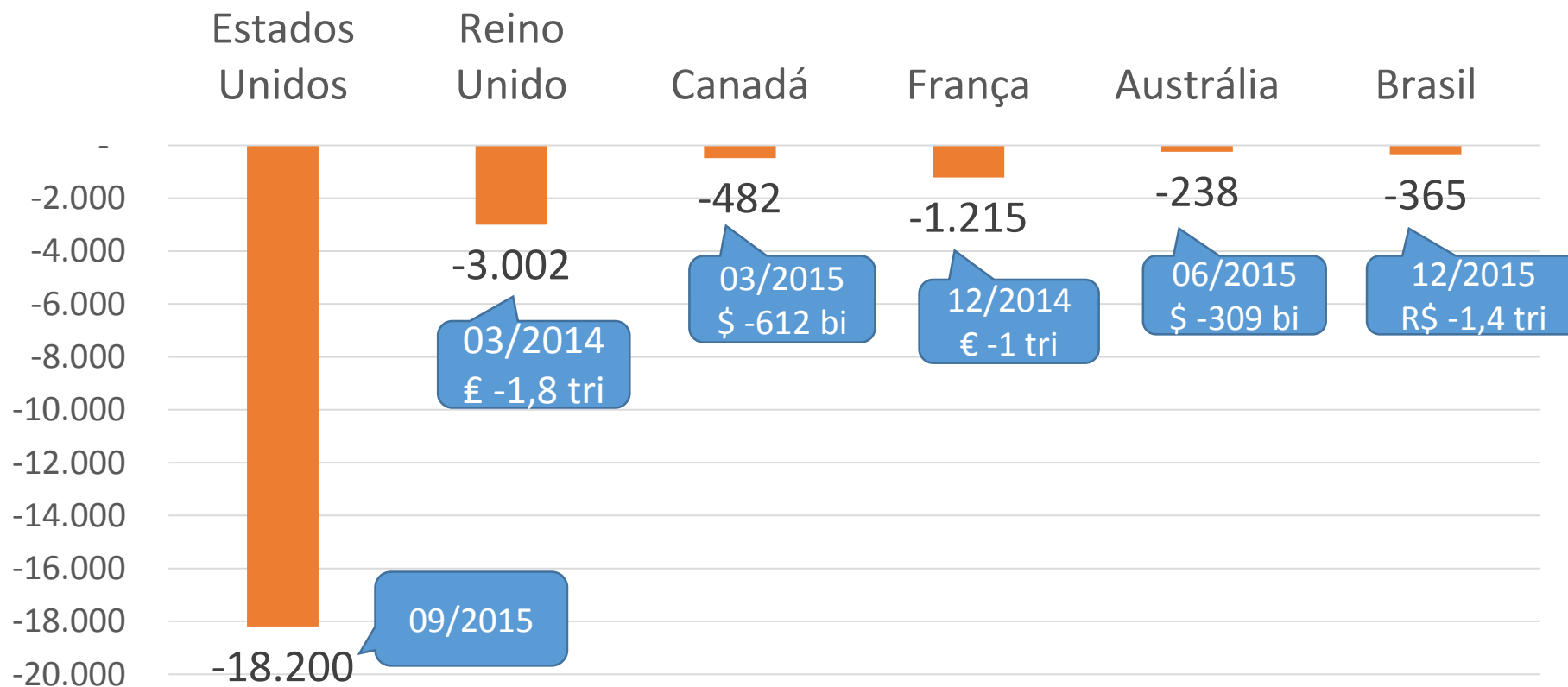
Item	Valores em bilhões de R\$					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
(+) Patrimônio Líquido Divulgado ^(b)	822	1.173	957	1.407	132	-1.424
(-) Ajuste no Crédito Tributário ^{(a) (b)}	1.003	886	737	929	1.197	-
(-) Ajuste do RPPS – Servidor Civil ^{(c) (b)}	857	909	959	1.015	-	-
(+) Ajuste das Estradas ^{(c) (b)}	130	137	-	-	-	-
(=) Patrimônio Líquido Simulado	-908	-485	-739	-537	-1.065	-1.424

Nota: (a) A simulação considera uma redução em igual intensidade da ocorrência em 2015 (redução de 78,4% do crédito tributário). (b) Valores corrigidos pelo INP-C com data base de 31/12/2015. (c) A simulação considera o ajuste a valor presente, considerando o INP-C.

Fonte: SIAFI/STN, 2010 a 2015.

Comparativo Internacional

Patrimônio Líquido - Valores em USD bilhões

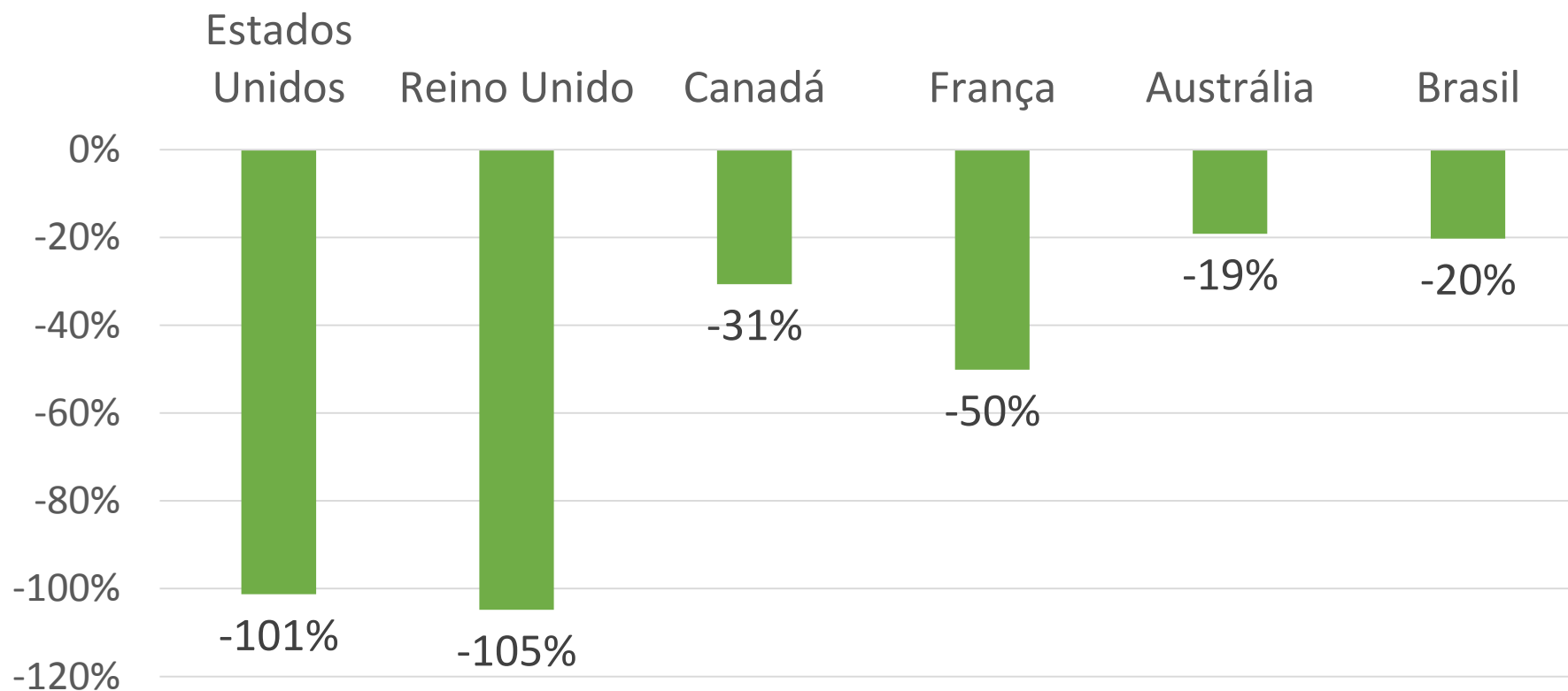


Fontes: Department of the Treasury of United States of America (2015); HM Treasury (2014); Compte Général de L'État de la République Française (2014); Department of Finance Canada (2015); Australia Government – Department of Finance (2015); SIAFI/STN (2016).

Nota: Valores convertidos para dólares norte-americanos em relação à data de divulgação das respectivas demonstrações contábeis.

Comparativo Internacional

Patrimônio Líquido em Relação ao PIB



Fontes: Department of the Treasury of United States of America (2015); HM Treasury (2014); Compte Général de L'État de la République Française (2014); Department of Finance Canada (2015); Australia Government – Department of Finance (2015); SIAFI/STN (2016). International Monetary Fund (2016).

Nota: (a) Valores convertidos para dólares norte-americanos em relação à data de divulgação das respectivas demonstrações contábeis. (b) O Produto Interno Bruto, a preços correntes em dólares norte-americanos.